

Estudo e emissão de pareceres referentes aos regimes do pessoal civil das Forças Armadas e dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, bem como sobre as teorias e técnicas de organização aplicadas à Administração Pública e às Forças Armadas;

Coordenação hierárquica e funcional dos serviços jurídicos, de organização e de recursos humanos da Secretaria-Geral do ex-MPAT;

Estudos e pareceres de carácter jurídico em sede de gestão de recursos humanos, carreiras, quadros de pessoal, estatuto disciplinar, regime da administração financeira do Estado e da contratação pública;

Coordenação do processo de extinção do quadro único do ex-MPAT e da correspondente criação de quadros privativos dos serviços;

Preparação e organização de processos no âmbito do contencioso administrativo;

Participação na elaboração do articulado de vários projectos de propostas de lei do Orçamento do Estado, de projectos de decretos-leis de execução orçamental, bem como em projectos de diplomas relativos à administração financeira do Estado e a matérias aduaneiras e fiscais, preparando ainda a correlativa fundamentação técnico-jurídica;

Coordenação hierárquico-funcional dos serviços centrais e periféricos da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, nas respectivas áreas operativas e instrumentais, nomeadamente do planeamento e organização e gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, bem como da cooperação aduaneira;

Participação em reuniões internacionais como representante da instituição aduaneira portuguesa em sede da União Europeia (UE), da Organização Mundial das Alfândegas (OMA), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Convenção Multilateral para a Cooperação e Assistência Mútua entre as Direcções Nacionais das Alfândegas da América Latina, Espanha e Portugal (COMUCAM/COMALEP).

Despacho n.º 1818/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciada Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas — nomeada, em comissão de serviço, no cargo de director dos Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas;
Data de nascimento — 29 de Dezembro de 1962.

2 — Habilitações literárias e profissionais:

Licenciatura em Direito — área Jurídico-Políticas — pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1980-1985);

2.ª edição do curso de alta direcção em Administração Pública (CADAP), 2004-2005.

3 — Experiência profissional:

Estágio e inscrição como advogada no Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (1985-1987);

Em 1987 iniciou funções na Câmara Municipal de Loures, tendo em 1988 sido nomeada chefe da Divisão de Recursos Humanos;

Em 1991 ingressou no quadro de pessoal da Assembleia da República;

Em 1995 foi designada para assessorar a Comissão de Inquérito Parlamentar sobre a Eventual Responsabilidade do Governo na Prestação de Serviços pelas OGMA à Força Aérea Angolana e a Comissão Eventual para Estudar as Matérias Relativas às Questões de Ética e da Transparência das Instituições e dos Titulares dos Cargos Políticos;

De 1995 a 1999 assessorou a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;

Nomeada adjunta do Gabinete do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública (Novembro de 1999 a Abril de 2002);

Participou como representante portuguesa no Grupo Consultivo de Alto Nível sobre a Qualidade da Legislação, criado na sequência do Conselho Europeu de Lisboa (2000-2001), e que elaborou o relatório final (Relatório Mandelkern, 2001);

Colaborou, como perita legal indicada pelas Nações Unidas, na redacção da lei eleitoral local timorense, 2003;

Formadora nos cursos de produção legislativa destinados a juristas, organizados pelo centro de Formação Jurídica e Judiciária de Macau, 2003 e 2004;

Nomeada chefe da Divisão de Edições da Assembleia da República, em comissão de serviço, desde 15 de Abril de 2004 (cargo que vinha exercendo em regime de substituição desde 21 de Maio de 2002).

Despacho n.º 1819/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciado Rui José Pereira Costa — nomeado, em comissão de serviço, no cargo de director dos Serviços de Documentação, Informação e Comunicação da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Rui José Pereira Costa;
Local de nascimento — Tavira;
Data de nascimento — 18 de Janeiro de 1954.

2 — Habilitações literárias:

Licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, com a classificação final de 14 valores — 1984;

Pós-graduado em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras de Lisboa, com a classificação final de 15 valores — 1988.

3 — Actividade profissional:

1973 — ingressa no Instituto Nacional de Estatística, exercendo funções técnicas na Divisão de Comércio Externo e na Biblioteca;

1988 a 1998 — técnico superior documentalista dos quadros de pessoal de Assembleia da República;

1998-2000 — director de serviços de Informação e Documentação da Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais, do Ministério da Economia;

2000-2004 — director de serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República;

2004-2006 — director de serviços de Documentação, Informação e Comunicação da Assembleia da República.

4 — Trabalhos publicados:

«Informática e informação: o desafio actual», in *Actas do 6.º Congresso Português de Informática*, Lisboa: API, 1990 — 3.º vol. (em co-autoria);

«Catálogo de publicações de informação secundária da Biblioteca da Assembleia da República 1983-1991», AR, 1991 (em co-autoria);

«Timor-Leste: factos e documentos», AR, 1992 (em co-autoria);

«Apresentação comparativa do texto do Tratado assinado em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992 com o Tratado de Roma de 25 de Março de 1957 modificado nomeadamente pelo Acto Único Europeu de 28 de Fevereiro de 1989», AR, 1992 (em co-autoria);

No âmbito da informação secundária e terciária, realiza, desde 1988 até 1998, individualmente ou em colaboração, uma série de estudos e trabalhos publicados pela Biblioteca da AR em edição fotocopiada integrados nas colecções «Cadernos de Informação» e «Cadernos Temáticos»;

«Portuguese parliamentary records digital library», Joaquim Sousa Pinto, Hélder Zagalo, Joaquim Arnaldo Martins e Rui J. Pereira Costa, in *Computer: Innovative Technology for Computer Professionals*, IEEE Computer Society, 10662 Los Vaqueros Circle, Po Box 3014, Los Alamitos, USA, CA, 90720-1314 NJ, USA, vol. 34, n.º 2, Fevereiro de 2001, p. 38. ISSN: 0018-9162;

«Diário da Assembleia da República electrónico», Joaquim Sousa Pinto, Pedro Almeida e Rui J. Pereira Costa, in *Revista do Departamento de Electrónica e Telecomunicações da Universidade de Aveiro*, Portugal, vol. 3, n.º 3, Janeiro de 2001, pp. 209-213.

Despacho n.º 1820/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciado João Viegas Vilhete d'Abreu — nomeado, em comissão de serviço, no cargo de director do Centro de Informática da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

Dados pessoais:

Nome — João Viegas Vilhete d'Abreu;
Data de nascimento — 8 de Maio de 1957.

Referências relevantes:

Director do Centro de Informática da Assembleia da República, desde Janeiro de 2003;
Chefe da Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar da Assembleia da República (2000-2002);
Docente universitário no Instituto Superior de Gestão (ISG), desde 1990-1991;
Coordenador do Grupo de Trabalho de Tecnologias de Informação do Centro Europeu de Pesquisa e Desenvolvimento Parlamentar (CERDP), desde Outubro de 2005;
Correspondente do CERDP na Assembleia da República (2002-2005).

Habilitações académicas:

Curso de alta direcção em Gestão de Sistemas de Informação, na Universidade Técnica de Lisboa — Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Setembro de 2004;
Mestrado em Ciências Empresariais, especialidade de Sistemas de Informação para Gestão, ISCTE, 1992;
Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, ISCTE, 1989.

Despacho n.º 1821/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciado João José da Costa Santos Gil — nomeado, em comissão de serviço, no cargo de director do Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

Nome — João José da Costa Santos Gil.

Data de nascimento — 21 de Maio de 1955.

Estado civil — casado, um filho.

Nacionalidade/naturalidade — portuguesa/Lisboa.

Categoria profissional — assessor principal da carreira de gestão e Administração Pública, 5.º escalão, do quadro de pessoal da Assembleia da República.

Formação académica — licenciatura em Sociologia pelo ISCTE, concluída em 1980, com a classificação final de 15 valores (*Bom*).

Formação profissional — frequência de acções de formação profissional em organismos públicos e privados, principalmente na área da gestão dos recursos humanos.

Ingresso no quadro de pessoal da Assembleia da República — Junho de 1977.

Funções desempenhadas na Assembleia da República (mais relevantes) — redactor do *Diário da Assembleia da República*. Técnico superior no Núcleo de Formação Permanente, na Divisão de Administração de Pessoal/Recursos Humanos e Administração e no Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar.

Funções dirigentes — coordenador do Núcleo de Formação Permanente, entre Julho de 1984 e Julho de 1988. Chefe da Divisão de Administração de Pessoal/Recursos Humanos e Administração, entre Novembro de 1989 a Setembro de 1996.

Outras funções na Assembleia da República (mais relevantes) — membro do conselho administrativo em representação dos funcionários parlamentares. Membro de júris de concurso. Coordenador e membro de diversos grupos de trabalho relacionados com o Estatuto Jurídico dos Funcionários Parlamentares. Membro de várias comissões paritárias. Presidente do Sindicato dos Funcionários Parlamentares. Formador e organizador de acções de formação.

Outras funções fora da Assembleia da República (mais relevantes) — funções, no cumprimento do serviço militar, no Centro Psicotécnico da Força Aérea e na Comissão de Extinção da PIDE/DGS. Técnico superior na Comissão de Coordenação da Região do Algarve. Formador em organismos públicos e privados. Consultor da União Europeia, em 2004, como cooperante, através da empresa privada SNEDE, na República de Angola — apoio institucional à Assembleia Nacional de Angola na área da gestão da formação/gestão de recursos humanos.

Despacho n.º 1822/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciada Isabel Maria Graça Pereira — nomeada, em comissão de serviço, no cargo de chefe da Divisão de Apoio ao Plenário da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

Dados pessoais:

Nome — Isabel Maria Graça Pereira;
Data de nascimento — 1 de Julho de 1958;
Naturalidade — Angola.

Habilitações literárias — licenciatura em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Económicas, pela Universidade Clássica de Lisboa (1982).

Actividade profissional:

Estágio da advocacia — de 22 de Novembro de 1982 a 22 de Maio de 1984;

Exercício da advocacia — de 1984 a 1988;

Redactora da Divisão de Redacção da Assembleia da República, de Junho de 1984 a Março de 1986, e da Divisão de Apoio às Comissões, de Março de 1986 a Maio de 1987;

Técnica superior jurista a exercer funções na Comissão Nacional de Eleições, de Maio de 1987 a Maio de 1999, onde participa, em co-autoria, na obra *Dicionário de Legislação Eleitoral*, edição da Comissão Nacional de Eleições, 1995, e na elaboração do Regulamento de Conservação Arquivística da Comissão Nacional de Eleições, aprovado pela Portaria n.º 485/92, de 11 de Junho;

Colocada na Divisão de Apoio ao Plenário desde Maio de 1997 até à presente data;

Nomeada assessora parlamentar da área jurídica em Setembro de 2001;

Nomeada assessora parlamentar principal em Maio de 2005; Acompanhamento e participação na cooperação interparlamentar;

Nomeada, desde Julho de 2002, membro da equipa de projecto «A escola e a Assembleia», através do despacho do PAR n.º 24/IX, de 30 de Julho de 2002, no seguimento da Resolução da Assembleia da República n.º 59/2000;

Nomeada chefe de divisão em substituição de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 2005.

Despacho n.º 1823/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciada Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo — nomeada, em comissão de serviço, no cargo de chefe da Divisão de Apoio às Comissões da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo;
Data de nascimento — 9 de Julho de 1965;
Naturalidade — Évora.

2 — Habilitações:

2.1 — Literárias:

Licenciatura em Direito (1988) — Faculdade de Direito de Lisboa;
Pós-graduação em Estudos Europeus (1989).

2.2 — Profissionais:

Diplomas «First Certificate in English» e «Proficiency in English», do Instituto Britânico em Portugal;

Diplomas do 5.º ano do Instituto Francês e do 2.º grau da Cambridge School;

Curso sobre avaliação do desempenho na Administração Pública (2004);

Curso «CAF — estrutura comum de avaliação dos serviços públicos» (2004);

Curso «Rácios e indicadores para a gestão de recursos humanos» e «Gestão efectiva de recursos humanos por competências» (2005);